

ROMPENDO O SILÊNCIO: a informação no espaço LGBT do estado da paraíba

Adeilton Alves Calixto¹

Gisele Rocha Côrtes²

Gilberta Santos Soares³

RESUMO

Apresenta o Centro Estadual de Referência dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexual e Transexuais e Enfrentamento à Homofobia da Paraíba (Espaço LGBT). Visa traçar o perfil dos(as) usuários(as) do órgão e disponibilizar informações estatísticas sobre as violências homofóbicas. A ausência de informações oficiais a respeito do perfil dos(as) usuários(as) dos serviços específicos de atendimento e sobre o contexto das discriminações e preconceitos contra a população LGBT configura-se como um dos desafios para o enfrentamento e a prevenção da homofobia, o que torna a mediação do(a) profissional arquivista fundamental para potencializar o fluxo informacional. Utilizou-se a pesquisa de tipo descritiva e natureza quantitativa, de fontes documentais, mais especificamente nos arquivos correntes (analogico e digital) com fichas de atendimento dos(as) 781 usuários(as) do período de 2011 a 2014. Para a análise dos dados utilizou-se a estatística descritiva. Verificou-se, por meio dos dados quantitativos produzidos, que a vulnerabilidade e exclusão permeiam a população LGBT atendida e que as políticas públicas poderão ser aperfeiçoadas se forem implementadas, tendo como base informações confiáveis. Desta forma, a articulação da Arquivologia com a temática LGBT e presença do arquivista em unidades informacionais não tradicionais como o espaço LGBT é primordial para o enfrentamento a homofobia e aos mais diversos tipos de desigualdades.

Palavras-chave: Arquivologia, Informação e Discriminação. Homofobia. Espaço LGBT – Paraíba.

1 INTRODUÇÃO

O estudo tem como objetivo principal apresentar o Centro de Referência dos direitos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) e de enfrentamento à homofobia (Espaço LGBT) na Paraíba. Visa-se traçar o perfil dos(as) usuários(as) e

¹ Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

² Professora Doutora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

³ Doutora pelo Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - PPGNEIM/ UFBA. Secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana do Estado da Paraíba.

disponibilizar informações estatísticas das violências homofóbicas sofridas pelos(as) mesmos(as). Segundo Carvalho, Andrade e Junqueira (2009, p. 24), a homofobia é “[...] o medo, o desprezo, a desconfiança, o ódio, a hostilidade e a aversão em relação à homossexualidade e às pessoas homossexuais ou identificadas como tal [...]”.

Por meio da disseminação das informações, busca-se contribuir para ampliar discussões e visibilizar a situação de vulnerabilidade da população LGBT, que ainda é marginalizada e excluída. O relatório do Grupo Gay da Bahia – GGB (2015) aponta que em 2014 houve um crescimento de 4% de assassinatos dos(as) LGBTs em âmbito nacional. Portanto, por meio das informações do relatório pôde-se inferir que os estados, em números absolutos, no qual foram registrados maior número de mortes foram São Paulo e Minas Gerais e que os estados que mais oferecem perigo a comunidade LGBT, em números relativos, são a Paraíba e o Piauí. Pois, ressalta-se que o Nordeste é a região mais violenta, com 43% de homicídios.

Os dados disponíveis são subnotificados, tendo em vista a carência de estatísticas oficiais acerca da problemática. Desta forma, o presente trabalho objetivou contribuir para superar esta lacuna informacional, organizando e disseminando informações estatísticas dos(as) usuários(as) do Espaço LGBT. A pesquisa possui abordagem quantitativa e utilizou a pesquisa bibliográfica, documental e descritiva para apresentar o órgão e traçar o perfil dos(as) usuários(as).

A importância de empreender o estudo é o valor informacional que o mesmo possui, o qual visa contribuir para suscitar discussões a respeito da problemática no âmbito da Ciência da Informação (CI) e em especial na Arquivologia.

A informação como ação transformadora de problemas sociais, na área da CI é desenvolvida em vários estudos (MARTELETO, 2004), contudo há carência de produção no tocante as unidades informacionais específicas para a população LGBT. Em levantamento realizado na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), no período de 1972 a 2015, no total de 8.303 textos publicados em 38 periódicos nacionais impressos e eletrônicos da área da CI, foi identificado, apenas um trabalho sobre homofobia⁴.

⁴ Darde (2008).

Caminhando nas trilhas de Silva, Fujita e Dal' Evedove (2009) é fundamental que a nova arquivística adentre os âmbitos de mudanças sociais na contemporaneidade.

2 O SURGIMENTO DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL

O movimento homossexual e, conseqüentemente, o movimento LGBT teve a sua gênese, fora e dentro do Brasil, há décadas passadas, tendo como precursores agentes sociais que tiveram por objetivo desmistificar e informar à sociedade que a homossexualidade não é uma doença e que os LGBTs são seres humanos com direitos e deveres iguais.

Um fato marcante para a luta de LGBTs foi o ocorrido no *Stonewall Inn*, bar norte americano, frequentado, majoritariamente, pelo público gay, No dia 28 de Junho de 1969, a polícia, que promovia rotineiras batidas no bar, enfrentou resistência dos(as) clientes, inconformados(as) com a arbitrariedade durante quatro noites, como ressalta Colling (2011). O acontecimento citado impulsionou a construção de uma nova história do movimento LGBT no que tange a visibilidade e as lutas contra a discriminação e o preconceito (FRANCO; GONTIJO, 2015). Os movimentos de defesa de homossexuais não se restringiram aos Estados Unidos e a Europa, ampliando-se para a América do Sul e o Brasil.

No Brasil, na década de 1970, surgiram grupos voltados para a conscientização e a defesa dos direitos dos(as) homossexuais.

No período do regime militar, as sociabilidades LGBTs continuavam acontecendo, mas ocorreram muitas censuras aos espetáculos de transformistas e travestis nos principais salões do eixo Rio – São Paulo, como também detenções a homossexuais que procuravam ter encontros clandestinos nas ruas (GREEN, 2000).

Portanto, partindo do pressuposto de uma liberdade vigiada:

A década de 1970, foi um período de grande diversificação dos movimentos sociais [...] no Brasil, década marcada pelo fechamento gradual da política decorrente do golpe de 1964, a sociedade vivenciou uma dura realidade a partir de 1968, quando o Ato Institucional nº 58

exterminou os direitos políticos da população, destruindo a própria noção de cidadania imprimindo uma forte censura, sendo que as pessoas não podiam se rebelar completamente contra o sistema [...]. (FRANCO; GONTIJO, 2015, p. 9).

Neste contexto grupos de mulheres, negros(as) e homossexuais resistiram reivindicando a anistia dos(as) presos(as) e exilados(as) políticos, visando mudanças sociais. Nesse cenário, ativistas gays fundaram o jornal “Lampião da Esquina” com objetivo de trazer a visibilidade do movimento homossexual e contribuir com desmistificação dos preconceitos.

O primeiro Grupo de Afirmação Homossexual do Brasil – Somos – foi fundado em 1978, na cidade de São Paulo, era voltado para defesa dos direitos homossexuais, composto primeiro por homens e, posteriormente por mulheres.

O início dos anos 1980, além do surgimento de grupos militantes, foi conturbado para a comunidade LGBT e o seu ativismo dentro e fora do Brasil com o surgimento de uma nova epidemia (HIV-Aids).

2.1 LGBTs: resistências

A falta de informação acentuou a homofobia e os preconceitos na sociedade brasileira. A associação da epidemia com a homossexualidade acarretou o aumento da violência, da discriminação e do preconceito contra a comunidade LGBT. Registrou-se o assassinato de mais de 1.200 gays, lésbicas e travestis nos meados dos anos 80. Conforme Camargo (1994 apud PEREIRA; NICHIATA, 2011, p. 3251):

A história da aids cuja origem infecciosa era desconhecida até 1983, está vinculada à homossexualidade, sendo chamada popularmente de ‘peste gay’ ou ‘câncer gay’, o que trouxe como consequência um reforço ao preconceito e à discriminação contra esse grupo social [...].

A epidemia HIV/AIDS configurou-se como divisor de águas na sociedade contemporânea e na constituição do movimento social.

Retomando a discussão sobre as violências sofridas por homossexuais na década de 80, e, nos anos decorrentes, Green (2000) discorre sobre a impunidade dos crimes contra os LGBTs.

A maioria desses assassinatos eram cometidos por indivíduos ou grupos não identificados que nunca foram processados [...] grupos diferentes estiveram envolvidos em violência e assassinatos contra homossexuais [...] nos anos 80 esquadrões da morte e grupos similares ainda operavam com impunidade. Alguns, sem elementos ‘subversivos’ como alvos de suas preocupações, resolveram ‘limpar’ a sociedade brasileira da “imoralidade (GREEN, 2000, p. 287).

Na década de 90, foram criadas Organizações Não Governamentais (ONGs) LGBTs, realizadas parcerias do movimento com partidos políticos e o poder público. Em 1995, aconteceu a primeira parada do Orgulho LGBT, no Brasil, a partir da 17ª Conferência da *International Lesbian and Gay Association (ILGA)*. Foi criada a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, com 31 grupos. Atualmente, a ABGLT é uma rede nacional de 308 organizações afiliadas⁵. Fortaleceu-se também a participação em movimentos de direitos humanos e a articulação com redes internacionais e proposituras a parlamentares federais, estaduais e municipais. (SIMÕES; FACHINNI, 2009).

3 A DISCUSSÃO NO ÂMBITO ACADÊMICO: breves considerações sobre a teoria QUEER

No âmbito acadêmico, foram criados núcleos de pesquisas e estudos sobre corpo, desejo, sexualidade e relações de poder. Ressalta-se na década de 90, no Brasil, o aparecimento da teoria “*queer*”, delineada nos Estados Unidos uma década antes. “*Queer* pode ser traduzido por estranho, ridículo, excêntrico, raro, extraordinário”, diz Louro (2004, p. 38).

A ideia dos teóricos foi a de positivar esta conhecida forma pejorativa de insultar os homossexuais. Segundo Butler, apontada como uma das

⁵ A página da ABGLT (<http://www.abglt.org.br/port/index.php>) possui conteúdos diversos, tais como: documentos de conferências, pesquisas, legislações, dentre outros.

precursoras de teoria *queer*, o termo tem operado uma prática linguística com o propósito de degradar os sujeitos aos quais se refere. *Queer* adquire todo o seu poder precisamente através da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos” [...] Por isso, a proposta é dar um novo significado ao termo, passando a entender *queer* como uma prática de vida que se coloca contra as normas socialmente aceitas (COLLING, 2011, p. 3).

Nesta direção, Colling (2007, p 3) explica que a teoria *queer* alicerça-se no questionamento do que se denomina heteronormatividade homofóbica, ou seja, concepção daqueles que concebem o modelo heterossexual como o único correto e saudável, naturalizando a associação entre heterossexualidade e reprodução.

Esta discussão envolve a reflexão a respeito da construção social dos gêneros, na perspectiva de que não existe um sexo biológico com significação fora do âmbito social e histórico, refutando a associação linear da sexualidade ao sexo biológico (BUTLER, 2008). A sexualidade não é compreendida como uma questão pessoal, algo “dado pela natureza”, mas é social, política, histórica aprendida no decorrer da vida de todos os sujeitos sociais (LOURO, 2000).

Pode-se afirmar que o acesso à informação é essencial para promover a equidade de gênero e condição *sine qua non* para o empoderamento individual e coletivo de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis.

Este enfoque inclui olhar para a importância da implantação de políticas públicas para a população LGBT, em especial, para órgãos específicos de atendimento, a exemplo do Espaço LGBT, foco deste estudo, a qual configura-se como unidade informacional produtora de ações e práticas de enfrentamento a homofobia, a intolerância e as diversas formas de preconceito.

3.1 Políticas públicas para a população LGBT no Brasil

As políticas públicas voltadas para a população LGBT são essenciais para a concretização da cidadania e dos direitos de LGBTs. Mello, Avelar e Maroja (2012, p. 410) enunciam:

[...] o governo, a sociedade civil e outras atrizes sociais vêm enfrentando o desafio da garantia de direitos humanos e de cidadania para pessoas LGBT, que ainda são vistas por muitos como sujeitos não legítimos para reivindicar direitos na arena política ou até mesmo como não humanos o suficiente para terem sua integridade física, autonomia moral e liberdade existencial protegidas pelo Estado.

No período dos anos 2000, houve um crescimento das políticas públicas no âmbito do poder executivo (federal, estadual e municipal), ao que concerne a formulação e implantação de ações e programas referentes as políticas públicas. Dentre as principais ações e programas destacam-se, segundo Mello, Avelar e Maroja (2012): a criação do “Brasil Sem Homofobia” – BSH (2004); a realização da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2008); dentre outros.

Todavia, existem algumas dificuldades e desafios como: a falta de recursos financeiros para implementar, monitorar e avaliar os programas e ações nos três níveis. Há falta de recursos orçamentários e de sustentabilidade para dar continuidade aos projetos, dentre outros (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012).

Entre desafios apresentados, a deficiência da informação e, conseqüentemente, do conhecimento sobre a população LGBT, é realidade no país. Não existe um sistema nacional de informação sobre o perfil dos(as) usuários(as) dos centros de referências, delegacias especializadas de atendimento e as violências e assassinatos. Tal deficiência foi mencionada no texto base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (BRASIL, 2007)⁶. O documento aponta que não é possível traçar com precisão os crimes de homofobia no Brasil, em decorrência de não possuírem categoria própria nas estatísticas oficiais. Muitas informações existem, mas, geralmente, não são sistematizadas e quando são, não são disseminadas para além de seus serviços.

Partindo do exposto, pode-se inferir que a informação constitui insumo imprescindível para o desenvolvimento de pesquisas, o planejamento da política pública, o monitoramento e o aprimoramento de ações no enfrentamento a homofobia. Mas, para essa informação ser disseminada com eficácia, recomenda-se a atuação de um(a) profissional que a sistematize e a dissemine, como um(a) arquivista.

⁶ Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/conferencias/texto-base-1a-conferencia-nacional-lgbt-1>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

Portanto, o papel do(a) arquivista, na contemporaneidade, precisa ser tido não apenas como gerenciador(a) da informação, mas, também, como um(a) provedor(a) de mudanças sociais, como um(a) mediador(a) entre a informação e a sociedade para que seja possível a abertura de discussões e, conseqüentemente, as mudanças cognitivas e culturais. Como bem discorre Duarte (2007, p. 148) “[...] os(as) arquivistas devem transcender seu papel de custódios, se desejam sobreviver como profissionais neste século”. A atuação do(a) arquivista poderá contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e humana.

Barreto (2002) enuncia que a relação entre informação e conhecimento, só se realiza se a informação for percebida e aceita como tal, colocando o indivíduo em um estágio consciente consigo mesmo e no espaço social em que interage.

4 A INFORMAÇÃO E O PAPEL SOCIAL DO ARQUIVISTA

A informação está presente em todos os aspectos de nossa vida. Existem várias vertentes desse fenômeno (informação) como as informações genéticas e biológicas e as informações com dimensões dialógicas entre os seres humanos, tendo em vista a necessidade de todo o ser vivo de trocar informações para algum propósito. Por tanto, esse fenômeno é a chave mestra para se viver em sociedade.

Mas, para que aconteça o acesso a essas informações, no âmbito humano, analógico e/ou digital, e, para que, as mesmas, possam exercer o papel de mediadoras dentro da sociedade, com o intuito de suscitar mudanças comportamentais e culturais, é preciso que passem por um processo técnico de gestão para que possam ser disponibilizadas de forma qualificada. Ou seja, é preciso que aconteça um gerenciamento das informações, desde a produção, o uso, até o seu destino final (SILVA; FUJITA; DAL'EVEDOVE, 2009).

Por isso, a existência de arquivos e de profissionais arquivistas foi e é de suma importância para a sociedade, no decorrer da história e na sociedade contemporânea. Esse profissional pode contribuir no gerenciamento da informação, nos seus respectivos ambientes, e disponibiliza-la para a sociedade de forma correta (DUARTE, 2007).

4.1 Arquivologia/arquivista: mediação da informação e cidadania

A arquivologia surge como consequência da dinâmica histórica e social da Revolução Francesa de 1789, com a criação do Arquivo Nacional da França (SILVA; FUJITA; DAL' EVEDOVE, 2009).

Segundo Bellotto (2009, p. 1), o objetivo da arquivologia é: “[...] o acesso à informação, desde aquela que é imprescindível para o processo decisório e para o funcionamento das atividades governamentais [...] como a que atua como testemunho dos direitos do cidadão [...]”.

Duarte (2007) aponta que a Arquivologia tem suscitado reflexões, mudanças de conceitos sobre o papel do arquivo na sociedade contemporânea. O fazer arquivístico por meio da disponibilização do “acesso a informação”, objetivo principal da arquivologia e, conseqüentemente, dos arquivos, pode levar a alterações cognitivas e culturais, impulsionando mudanças nas condições objetivas e subjetivas dos agentes sociais.

Nesse sentido, o(a) profissional arquivista além de gestor(a) e custodiador(a) da informação, assume o papel de mediador(a) desse processo dinâmico que se chama informação. Como bem ressalta Duarte (2007, p. 147):

Nos recentes debates sobre o papel do(a) arquivista na era da informação, a ideia de que esse(a) profissional precisa se preparar para a era pós-custódia dos arquivos, é repetidamente expressa [...]. Assim, os(as) “arquivistas devem transcender seu papel de custódios, se desejam sobreviver como profissionais neste século (DUARTE, 2007, p. 148).

No que diz respeito ao arquivista, considera-se que a atuação em unidades informacionais não tradicionais, a exemplo do Espaço LGBT, por meio da mediação da informação e do apoio técnico à equipe profissional para qualificar a produção da informação, em especial da ancoragem estatística, poderá contribuir para a produção de conhecimentos aprofundados sobre a dinâmica da violência contra LGBTs e, conseqüentemente, subsidiar ações de intervenção social.

Não se pode entender o mundo hoje sem que se compreenda o alcance, a importância e o peso da decantada globalização, tomada esta não no sentido menos restrito dos termos puramente econômicos e sim no da sua dimensão mais ampla: a do conhecimento mútuo, da comunicação, do intercâmbio, da transformação e da adaptação (quando necessárias), em prol de uma tentativa de cooperação e entendimento universais e em benefício de uma qualidade de vida mais satisfatória e benéfica ao ser humano em todos os quadrantes da Terra (BELLOTTO, 1998, p.1).

A informação configura-se como fonte de saber e poder. A produção, organização, acesso, disseminação e interpretação da informação inserem-se como elemento fundamental para potencializar as resistências frente às mais distintas formas de opressão sobre LGBTs.

5 CAMINHOS DA PESQUISA

No caminho da pesquisa serão apresentadas as técnicas e os métodos utilizados para a construção desse estudo.

5.1 Tipo e natureza da Pesquisa

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica para a revisão da literatura a respeito da arquivologia, história do movimento LGBT e políticas públicas implantadas para a comunidade LGBT no Brasil.

O fundamento metodológico deste estudo é a abordagem quantitativa, tendo em vista que se pretendeu classificar e descrever indicadores e tendências observáveis do perfil dos(as) usuários(as) do Espaço LGBT (MINAYO; SANCHES, 1993).

Utilizou-se a pesquisa descritiva a qual objetiva conhecer as distintas situações e relações que ocorrem na vida social, política, cultural e demais fenômenos do comportamento humano. Os estudos descritivos buscam descrever as características, as experiências, as relações existentes nas comunidades, grupos ou realidade pesquisada (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

5.2 Instrumentos de coleta e análise de dados

Inicialmente, para contextualizar o campo de pesquisa, foram realizadas visitas ao Espaço LGBT para conhecer a equipe técnica, o trabalho desenvolvido e os arquivos. O instrumento de coleta de dados utilizado para a construção desse estudo foi a pesquisa documental realizada em fontes, como fichas de atendimentos, arquivo (analógico e digital), fotografias, relatórios e documentos informativos acerca das ações desenvolvidas pelo Espaço LGBT.

Profissionais do órgão concebiam a importância dos dados para incrementar o trabalho, mas a gestão informacional não era delineada a partir das técnicas de organização arquivística. Desta forma, diagnosticou-se alguns problemas no armazenamento dos documentos e nos registros dos(as) usuários(as): ausência de informações necessárias para a identificação socioeconômica e para o mapeamento da situação de violência, falta de padronização na tipificação da violência, na situação no mercado de trabalho, dentre outros. Diante desta situação, elaborou-se, em parceria com a gestão do Espaço LGBT e da Secretária da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) do estado da Paraíba, um plano de organização das fichas, objetivando traçar procedimentos de categorização e uniformização dos registros e a recuperação eficiente e rápida da informação.

As atividades desenvolvidas no processo de pesquisa foram dinamizadas por meio do compartilhamento de saberes entre os(as) profissionais do Espaço LGBT e a equipe da pesquisa. Desta forma, foram realizadas reuniões sobre as estratégias de classificação, organização, armazenamento e recuperação das informações produzidas no órgão visando à troca de saberes entre a equipe de pesquisa, do espaço LGBT e da SEMDH com objetivo de colaborar com a tomada de decisões no campo das políticas públicas destinadas ao enfrentamento da homofobia.

Frente a estas constatações, elaborou-se, em parceria com a gestão do Centro, um plano de organização das fichas, com vistas a traçar procedimentos de categorização e uniformização dos registros. Esta padronização das informações foi essencial para a elaboração dos gráficos no programa Excel. A análise dos dados foi dinamizada por meio

da estatística descritiva. Foram realizadas visitas semanais no período de Junho de 2014 a Junho de 2015, onde foi possível coletar os dados, transferi-los para o âmbito digital, organizá-los, classificá-los e transformá-los em gráficos

5.3 Campo de pesquisa

A pesquisa foi realizada no Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento a Homofobia da Paraíba (Espaço LGBT)⁷, criado em junho de 2011, vinculado a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana.

Apresenta como missão promover a cidadania e os direitos humanos de LGBTs, como também, o enfrentamento a homofobia e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Uma de suas ações é fazer a articulação entre os serviços e atores sociais governamentais e não governamentais, para formação de uma rede de proteção e garantia dos direitos de LGBTs. A rede tem o objetivo de qualificar o atendimento à população e elaborar estratégias de ações intersetoriais para o enfrentamento à homofobia e a todas as formas de violações de direitos⁸.

O Espaço LGBT tem a sua equipe formada por profissionais das áreas de assistência social, psicologia, direito, educação popular e coordenadora geral. Além dos atendimentos, o Espaço LGBT participa de seminários, cursos, oficinas de capacitação em escolas, universidades, associações de moradores, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) e apoia eventos do movimento LGBT no Estado.

⁷ O órgão localiza-se na Avenida Princesa Isabel nº 164 Centro, João Pessoa/PB.

⁸ Importante destacar que anteriormente a implantação do Espaço LGBT, a Associação de Travestis e Transexuais da Paraíba (ASTRAPA) implantou um centro de referência para enfrentamento a homofobia, com apoio do governo federal, que atuou durante dois anos. A ASTRAPA é uma entidade não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 2002, que tem por finalidade o enfrentamento ao preconceito, discriminação e violência contra travestis e transexuais.

6 DISCUTINDO O ESPAÇO LGBT

As informações estatísticas apresentadas neste estudo constituem o primeiro mapeamento do perfil dos(as) usuários(as) atendidos(as) no Espaço LGBT, desde a sua criação em 2011. No período de 2011 a 2014, 781 usuários(as) procuraram o serviço, como detalhado no quadro 1. No período, foram realizados mais de três mil atendimentos, tendo em vista que o(a) mesmo(a) usuário(a) pode receber vários atendimentos no órgão. Em geral, os(as) usuários(as) acessam o Espaço por demanda espontânea ou pelo encaminhamento dos serviços da rede de enfrentamento. Realizaram-se mais de 5000 atendimentos nas atividades de divulgação do Espaço LGBT, promovidas em escolas, faculdades, atividades do movimento e ações itinerantes no Estado.

Após conhecimento do ambiente organizacional, as variáveis foram padronizadas, o que gerou a racionalização dos procedimentos e a organização da informação na gestão documental no Espaço LGBT.

Quadro 1: Atendimentos do Espaço LGBT (2011-2014)

DADOS DE ATENDIMENTO DO ESPAÇO LGBT	
ANO	ATENDIMENTO
2011	121
2012	271
2013	234
2014	155
TOTAL	781

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

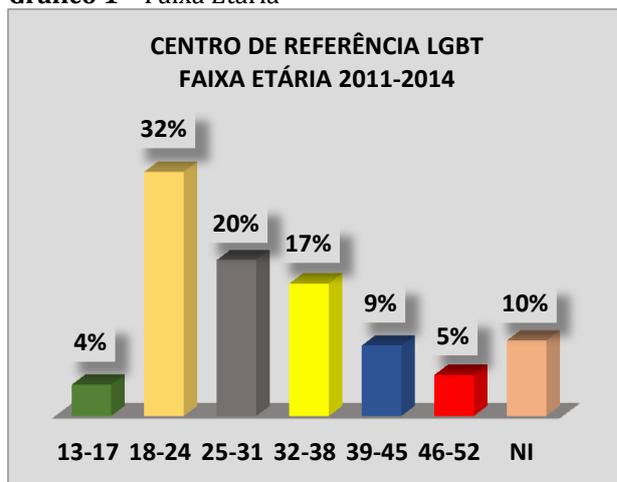
No que tange a faixa etária, mais da metade dos(as) usuários(as), 56%, que se encaminharam ao Espaço LGBT, possuía entre 13 e 31 anos de idade, enquanto usuários(as) entre 32-38 anos correspondiam a 17%, 39-45 anos 9% e acima de 46 anos 5%, evidenciando que população LGBT mais jovem e adulta é quem mais procura o serviço. Há um decréscimo de procura pelo serviço, no segmento acima de 39-45 anos, e no grupo etário seguinte, acima de 46. Tal situação pode indicar que jovens procuram o Espaço LGBT em busca de orientações ou para denunciar violências, tendo em vista a aderência dos jovens a transformações nas concepções de gênero.

Outro aspecto a ser mencionado é que a “[...] a população jovem e jovem adulta pode ser mais exposta à homofobia, por que culturalmente estão mais dispostas a manifestações públicas da afetividade/sexualidade [...]” (PEREIRA, 2013, p. 14). Não é possível identificar os motivos pelos quais LGBTs pertencentes a faixas etárias mais elevadas acessam menos o espaço LGBT, assim como afirmar que os(as) mesmos(as) não necessitam de informações e não sofrem violências.

Pesquisas qualitativas para aprofundamento da situação são necessárias, mas o que podemos inferir é a importância da gestão do Espaço LGBT dinamizar análises para compreender a situação exposta, como por exemplo, refletir e delinear ações (campanhas, oficinas) para que LGBTs de diferentes faixas se aproximem do espaço e tenham acesso as informações disponíveis.

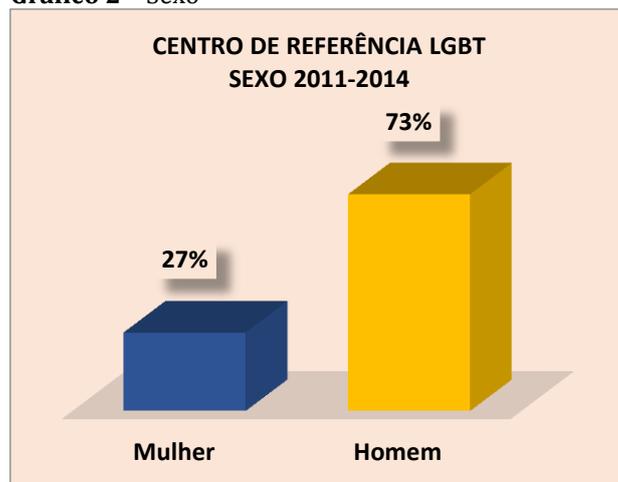
Verifica-se ainda, no gráfico 2 abaixo, que a presença majoritária dos(as) usuários(as) do Espaço LGBT é do sexo masculino.

Gráfico 1 – Faixa Etária



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Gráfico 2 – Sexo



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

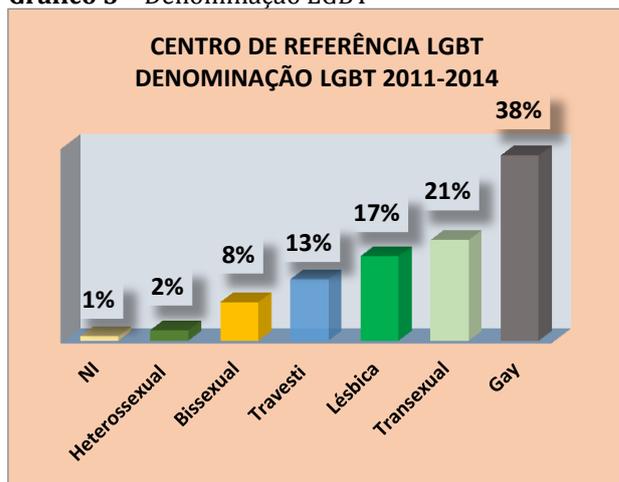
O gráfico 3 é referente a denominação LGBT, ou seja, como os indivíduos se identificaram pelas demandas que eles trouxeram para o serviço, como mudança de nome, violência sofrida, entre outros. É importante observar a diversidade de expressões identitárias dos(as) usuários(as). Percebe-se que gays, transexuais (femininos e masculinos) e travestis compõem a maior demanda no Espaço LGBT (72%), lésbicas 17%, bissexual, 8% e heterossexuais 2%. Os(as) últimos(as) são pais de jovens

que acessaram o serviço. Há um número expressivo de transexuais que acessam o órgão, 22 homens são transexuais e 90 mulheres transexuais.

Segundo Bento (2008, p. 7) a transexualidade “[...] é uma expressão identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero [...].” Segundo a autora, nenhuma outra experiência de gênero é tão impactante no sentido de desnaturalizar o que é ser homem e ser mulher.

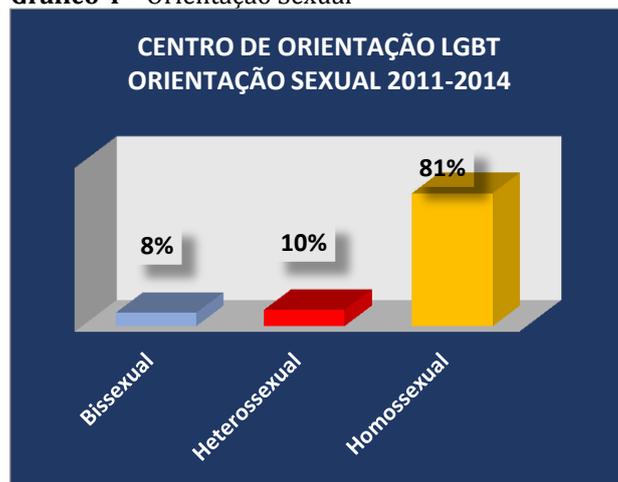
Atualmente, as pessoas transexuais no Brasil podem fazer o processo de hormonioterapia e a cirurgia através do Sistema Único de Saúde (SUS), porque a transexualidade está classificada como disforia de gênero. Sendo assim, o SUS promove o Processo Transexualizador, instituído na Portaria do Ministério da Saúde (MS) nº 1.707/2008, que assegura o direito.

Gráfico 3 – Denominação LGBT



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Gráfico 4 – Orientação Sexual



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

No tocante a orientação sexual (gráfico 4), visualiza-se a presença significativa de pessoas homossexuais, 81%.

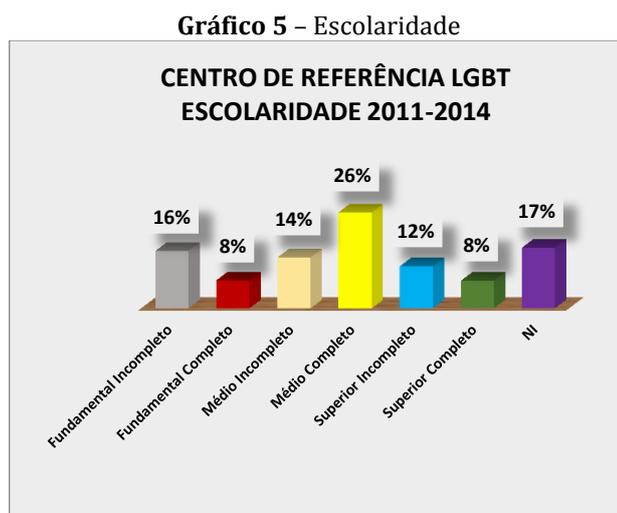
No Brasil, ainda é comum a prática de vários tipos de discriminações e violências contra os LGBTs em decorrência da orientação sexual como ressalta Borges e Meyer (2008, p. 60) “no Brasil, a violência por discriminação sexual mata em torno de 150 pessoas por ano [...]”.

O gráfico 5 apresenta o grau de escolaridade dos(as) usuários(as), chamando atenção para o baixo nível de escolarização. O cenário mostra que 38% não concluiu o

ensino médio e apenas 8% concluiu o ensino superior. Além disso, é alta a porcentagem de indivíduos que não informaram o grau de escolaridade, o que pode estar ocultando o não acesso à educação. Frisa-se que nenhum(a) usuário(a) declarou presença na pós-graduação.

As informações expostas remetem a reflexão a respeito de como as escolas estão abordando a temática LGBT e, formando profissionais da educação para aceitação da diversidade sexual e das identidades de gênero. Pesquisas a respeito da inserção da população LGBT nas escolas não são animadoras, pelo contrário, evidenciam que a escola que deveria ser um local de respeito as diferenças tem sido apontada como ambiente de exclusão e violência.

Louro (2003) enuncia que a escola delimita espaços, utiliza símbolos e códigos para afirmar o que cada indivíduo pode ou não fazer, separando e hierarquizando comportamentos.



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

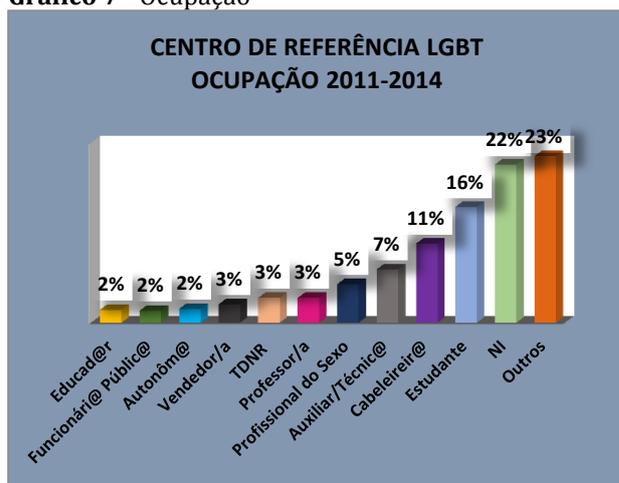
No que concerne a situação socioeconômica, ilustrada por meio da ocupação e da renda, verifica-se que a exclusão permeia a vida de grande parcela dos(as) usuários(as) do Espaço LGBT. No tocante à ocupação, 16% são estudantes, 11% cabeleireiros(as), 7% auxiliar e 5% profissionais do sexo. O item Outros e Não Informado corresponde a 45%, número significativo. Verificam-se ocupações, em geral, com baixa renda, sem seguridade social e precarização nas relações de trabalho. No tocante à renda, as informações revelam que quase metade 40% recebe até um salário mínimo (SM) e 24%

de 1 a 3 SM. Somente 3% se incluem na faixa de rendimento mais de 3 SM. A situação de vulnerabilidade é denunciada nas informações estatísticas apresentadas. Essencial, neste cenário, reforçar a necessidade de ações para que a população LGBT permaneça na escola e, conseqüentemente, tenha possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

Diante destas considerações, é possível inferir que o alto índice de não informados (NI) pode estar camuflando uma situação de exclusão no mercado de trabalho.

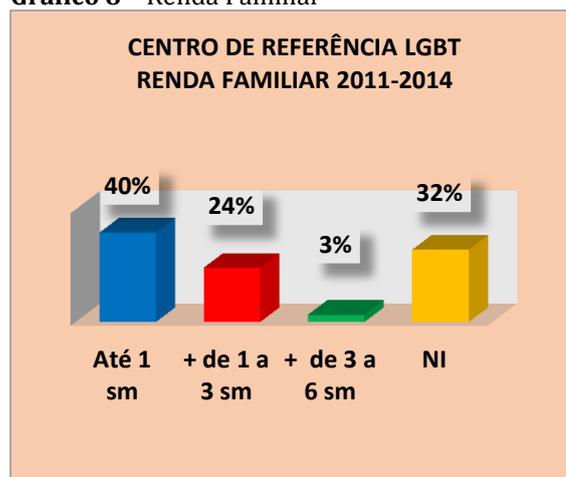
As informações estatísticas mostram a necessidade do Espaço LGBT, em parceria com outros órgãos, secretarias de governo e universidades desenvolverem ações Intersetoriais e pesquisas para alteração deste cenário, com destaque para programas de alfabetização e elevação da escolaridade, linhas de crédito para geração de renda, acesso à habitação, cooperativas, dentre outros.

Gráfico 7 - Ocupação



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Gráfico 8 - Renda Familiar



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

De acordo com o gráfico 9, 32% de usuários(as) do Espaço LGBT mencionaram ter sofrido violência psicológica, que é a intimidação moral, ofensa verbal ou constrangimento que causa danos a outra pessoa.

As violências sofridas pela população LGBT, muitas vezes, passam despercebidas, são banalizadas por se tratar de um fenômeno naturalizado na sociedade e devido à falta de informação. Como ressaltam Leal e Carvalho (2008, p. 14) “a compreensão da dimensão exata de tais números é prejudicada pela ausência de dados oficiais sobre a população GLBT brasileira [...]”.

O gráfico 9 explicita que a violência, física, psicológica e discriminação são realidades cotidianas. Dentre os(as) usuários(as), temos – violência física (7%); violência física/psicológica (12%) e discriminação (29%). Na variável “Outros” estão inclusos: exclusão social, violação de direitos, violência moral, dentre outras formas de discriminação e violência.

Nas planilhas que continham os tipos de discriminação ficou explícita a discriminação familiar e institucional.

Outro ponto observado, foi que em muitas das fichas de registros a informação sobre a relação dos(as) usuários(as) com o agressor não existia, dificultando a identificação da relação dos(as) agressor/a com a vítima. Apesar de ser necessário aprofundar tal informação por meio de outras pesquisas, a percepção preliminar nas fichas indica que, de forma geral, as violências são cometidas por vizinhos(as) e familiares.

Por meio destas informações pode-se perceber a vulnerabilidade da população LGBT na sociedade, no que tange a violência e as violações dos seus direitos. Como ressalta Mott (2006, p. 511): “Infelizmente, [...], somos obrigados a reconhecer que de todas as chamadas ‘minorias sociais’, no Brasil, e na maior parte do mundo, os homossexuais continuam a ser as principais vítimas do preconceito e da discriminação [...]”



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

As informações produzidas no estudo foram entregues a equipe do Espaço LGBT. Almeja-se que as informações disponibilizadas possam subsidiar o desenvolvimento de novas pesquisas e ações dos órgãos da rede de atendimento para possibilitar o diagnóstico da realidade local e o desenvolvimento de ações integradas para a garantia da autonomia LGBT.

7 PARO! NÃO CONCLUO, APENAS ENCERRO ESSA PARTE POR CAUSA DAS NECESSIDADES ACADÊMICAS

Realizar pesquisa a respeito da população LGBT no âmbito da arquivologia, em um órgão de atendimento a LGBTs, constituiu um desafio em decorrência da ausência de referencial teórico sobre o tema e por adentrar em um universo em que verdades são questionadas e desconstruídas. Desta forma, o aprendizado com as leituras, com a equipe profissional do Espaço LGBT, com usuários(as) e com os deslocamentos subjetivos e teóricos foram constantes.

Um dos grandes desafios nas ações de prevenção e enfrentamento a homofobia, é a insuficiência de informação estatística oficial sobre o perfil de usuários(as)s dos órgãos de atendimento. Ao atuar em uma unidade informacional não tradicional, como arquivista, traçando o perfil dos(as) usuários(as) do espaço LGBT, organizando, padronizando e disseminando informação estatística para o órgão, almeja-se contribuir para o aperfeiçoamento das ações do equipamento.

Apesar das informações apresentadas necessitarem de maior aprofundamento analítico e teórico, as informações explicitam o quadro de vulnerabilidade da população LGBT atendida na unidade informacional pesquisada e podem servir de subsídio para que a SEMDH possa construir políticas públicas consoantes com as necessidades informacionais dos(as)s usuários(as).

Conclui-se enunciando que o(a) profissional arquivista configura-se como mediador(a) da informação e de apoio técnico para qualificar a produção da informação em distintos espaços, como também assume papel fundamental na mudança de mentalidades para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim, reiteramos a importância da implantação do Espaço LGBT, órgão público específico para a população LGBT, a diversidade de ações implantadas e o trabalho humanizado e ético dos(as) profissionais da equipe, visando a afirmação da cidadania e dos direitos humanos.

BREAKING THE SILENCE: information at the LGBT space in Paraíba

ABSTRACT

The study aims to present the Paraíba State Reference Center for Lesbian, Gay, Bisexual and Transsexual's Rights and Resistance to Homophobia (LGBT Space). It draws the center's users profiles and provide statistical information about homophobic violence. The absence of official information about the profiles of users of specific services and the context of discriminations and prejudices against the LGBT population is a great challenge to facing and preventing homophobia. In this way, the mediation provided by archive professionals are fundamental to potentiate the informational flow. It uses a descriptive type and quantitative nature research, from documentary sources from current archives (both analog and digital), with 781 users' data sheets in the period of 2011 to 2014. Descriptive statistics were used to analyze the data. Through quantitative data produced it was verified that vulnerability and exclusion permeate LGBT population and that public policies may be improved if implemented on the basis of trustworthy information. In this way, the articulation of Archival Science with LGBT themes as well as the presence of an archivist in non-traditional information units such as the LGBT space is primordial to facing homophobia and all kinds of inequalities.

Key-words: Archiving, Information and Discrimination. Homophobia. LGBT Space – Paraíba.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais à equipe da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana e a equipe do Espaço LGBT pelo acolhimento, pelos aprendizados compartilhamentos de experiências.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A transferência de informação para o conhecimento. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (Org.). **O campo da ciência da informação: gêneses, conexões e especificidades**. João Pessoa: Editora Universitária, 2002. p. 101-116.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivologia: objetivos e objetos**. 2009. Disponível em: <<https://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/04/arquivologiaobjetivosobjeto.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2016.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Texto-base da conferência nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais**. Brasília: SEDH, 2007. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/conferencias/texto-base-1a-conferencia-nacional-lgbt-1>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BORGES, Zulmira Newlands; MEYER, Dagmar Estermann. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 59-76, jan./mar. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n58/a05v1658.pdf>>. Acesso em 27 nov. 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; ANDRADE, Fernando César Bezerra de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Gênero e diversidade sexual: um glossário**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009.

CERVO, Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COLLING, Leandro. Teoria *queer*. In: ALMEIDA, Maria Candido Ferreira (Org.). **Mais definições em trânsito**. Salvador: Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2011. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2016.

DARDE, Vicente William da Silva. A construção de sentidos sobre a homossexualidade na mídia brasileira. **Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, Porto Alegre**, v. 14, n. 2, p. 223-234, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/3109/4870>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

DUARTE, Zeny. Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional. **Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Patrimônio**, Porto, v. 5-6, n.1, p. 141-151, 2007. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6624.pdf>>. Acesso: 20 out. 2016.

FRANCO, José Luiz de Moraes; GONTIJO, Fabiano Souza. **Memórias do Movimento LGBT: da sociedade Mattachine ao estado do Pará, a conquista de direitos e suas**

demandas sociais. Disponível em: <http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1020836_30_06_2015_16-30-56_1695.PDF>. Acesso em: 19 nov. 2015.

GREEN, James N. "Mais amor e mais tesão": a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cardernos Pagu**, v. 15, p. 271-295, 2000. Disponível em: <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1777_1740_cadpagu_2000_15_12_GREEN.pdf> Acesso em: 01 out. 2016.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil**: Relatório 2014. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1230/Guacira-Lopes-Louro-O-Corpo-Educado-pdf-rev.pdf?sequence=1>>. Acesso em. 04 out. 2015.

_____. **O corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARTELETO, Regina Maria. Jovens, violência e saúde: construção de informações nos processos de mediação e apropriação de conhecimentos. **RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 17-24, set. 2004. Disponível em: <<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/751/1393>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno da; MAROJA, Daniela. Por onde andam as Políticas Públicas para a população LGBT no Brasil. **Revisa Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 289-312, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v27n2/a05v27n2.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2015.

MINAYO, Maria Cecília; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2015.

MOTT, Luis. Homo-afetividade e direitos humanos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 12, p. 509-521, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n2/a11v14n2.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

PEREIRA, Adriana Jimenez; NICHATA, Lúcia Yazuko Izumi. A sociedade civil contra a Aids: demandas coletivas e políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 7, p. 3249-3257, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n7/24.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

REIS, Toni. **Avanços e desafios para os direitos humanos das pessoas LGBT**. 2011. Disponível em: <<http://www.tonireis.com.br/wp-content/uploads/2014/06/avancos.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

SILVA, Irisneide de Oliveira Souza; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; DAL'EVEDOVE, Paula Regina. A relação entre arquivística e ciência da informação na sociedade pós-moderna. **Ibersid**, v. 3, p. 281-289, 2009. Disponível em: <<http://www.iversid.eu/ojs/index.php/iversid/article/download/3751/3512>>. Acesso em: 10 out. 2016.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.